

## PLANO DE ENSINO

**Curso:** DIREITO

**Disciplina:** DIREITO DIGITAL

**Modalidade:** 100% Online

**Período:** a definir      **Turma:** DIURNO / NOTURNO

**Carga Horária:** 36H/a

**Professor/a:** ADEMARIO TAVARES

**Ano:** 2023.1

### EMENTA

Processo civilizatório, tecnologia digital e Direito. Lei do Marco Civil da Internet. Privacidade e demais Direitos da Personalidade na era digital. Lei Geral de Proteção de Dados. Perfil digital e redes sociais. Direito ao Esquecimento. *EULA (End User Licence Agreement)* / Termos de adesão a serviço. *IoT* e Sistemas de captação e tratamento de dados. Crimes cibernéticos: *Hacking, Phishing*, sequestro de dados e estelionato. Manipulação midiática digital (*Fake News, Deepfake*, postagens patrocinadas) e seus impactos políticos. Novas atividades econômicas e aplicativos disruptivos. Regulação de aplicativos de transporte, hospedagem e de delivery. Marco jurídico dos *Digital influencers (Youtubers, Instagrammers, etc.)*. *Blockchain*: assinatura digital, criptomoedas, contratos e certificações digitais. Marco Jurídico das *Startups*. Propriedade intelectual de artefatos digitais.

### OBJETIVO GERAL

Prover ao egresso do curso de direito uma visão sistemática, crítica e integrada dos impactos jurídicos provocados pela evolução das tecnologias digitais sobre vários direitos fundamentais (privacidade, propriedade, liberdade, etc.), bem como o marco legal, jurisprudência e doutrina nacional e internacional sobre o tema.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Relacionar o avanço do processo civilizatório com o desenvolvimento tecnológico e o papel central do Direito como mecanismo de resolução de conflitos, que busca equilibrar a promoção do empreendedorismo digital ao mesmo tempo em que tutela os direitos fundamentais e a supremacia do interesse da coletividade;
2. Apresentar o marco jurídico contemporâneo interno e internacional sobre o uso das tecnologias digitais e suas conexões com outras áreas de atuação do Direito;
3. Desenvolver no discente a capacidade de percepção de violação de um direito em virtude do desenvolvimento de uma tecnologia digital e as competências para aplicar mecanismos jurídicos para prevenir, mitigar e reverter eventuais violações;
4. Destacar o redirecionamento de Direitos e institutos jurídicos tradicionais e apresentar seus novos modelos e categorias decorrentes da transformação digital.

## COMPETÊNCIAS A DESENVOLVER NOS ESTUDANTES

Os principais objetivos desta unidade curricular (disciplina) em relação às competências que serão desenvolvidas nos estudantes são:

- Conhecer, compreender e articular as bases teóricas do Direito Digital, dando ênfase às repercussões teóricas sobre o constitucionalismo brasileiro e a ordem constitucional vigente, em sintonia com o cenário global;
- Compreender os novos desafios para o Direito contemporâneo impostos pela ordem econômica, social e política vigente, e a partir daí pesquisar soluções jurídicas adequadas aos mesmos, bem como desenvolver e propor soluções originais em virtude da realidade local onde exercerá sua profissão jurídica;
- Interpretar, integrar e aplicar as normas legais aplicáveis ao Direito Digital à luz dos novos paradigmas hermenêuticos, em conformidade e em constante diálogo com as demais normas do ordenamento jurídico.

## HABILIDADES PREVISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PERFIL DO EGRESSO

- Capacidade de manejar, de forma precisa, a base constitucional dos Direitos Fundamentais e as demais normas que compõem, no plano material, o Direito Digital Brasileiro, abrangendo a análise das principais normas que regem o sistema;
- Capacidade de exercer a prática jurídica sobre Direitos Digitais, em qualquer pólo processual, habilitando-o a usar, articuladamente, as normas do sistema para a obtenção da pretensão ou emissão do parecer/sentença cabível;
- Capacidade de responder com segurança e precisão (domínio) as avaliações acadêmicas e profissionais que venha a enfrentar na seara do Direito Digital;
- Capacidade de contribuir para a produção científica na área, por via da produção de artigos, monografias, posters e demais meios de divulgação do saber;

## PLANEJAMENTO DE CARGA HORÁRIA / CONTEÚDO

Módulo	Aula	Horas acumuladas	Dimensão	Conteúdo
1	1	2	Fundamentos legais	Processo civilizatório, tecnologia digital e direito.
	2	4		CF1988 / Lei do Marco Civil da Internet
2	3	6	Privacidade e Direitos da Personalidade	Privacidade e demais Direitos da Personalidade na era digital
	4	8		Lei Geral de Proteção de Dados

	5	10		Perfil digital e redes sociais. Direito ao Esquecimento
	6	12		EULA (End User Licence Agreement) / Termos de adesão a serviço
	7	14		Inteligência artificial, IoT e sistemas de captação e tratamento de dados
	8	16		Avaliação de 1ª unidade
3	9	18	Crimes digitais	Crimes cibernéticos: Hacking, Pishing, sequestro de dados e estelionato
	10	20		Manipulação midiática digital (Fake News, Deepfake, postagens patrocinadas) e seus impactos políticos
4	11	22	Transformações econômicas e sociais da era digital	Regulação de aplicativos de transporte, hospedagem e de delivery
	12	24		Marco jurídico dos digital influencers (Youtubers, Instagrammers, etc.)
	13	26		Blockchain: assinatura digital, criptomoedas, contratos e certificações digitais
	14	28		Marco jurídico das Startups
	15	30		Propriedade intelectual de objetos digitais
	16	32		Avaliação de 2ª Unidade

## METODOLOGIA

As ferramentas que utilizam a metodologia ativa do processo ensino-aprendizagem, que exigem do aluno uma maior participação nas atividades, dando resposta a problemas reais ou simulados a partir dos conhecimentos desenvolvidos na unidade curricular, são usadas preferencialmente.

Como a disciplina é ofertada na modalidade 100% online, conteúdo programático será exposto, discutido e desenvolvido no Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional (AVA (Moodle)), através de aulas interativas, com o uso de recursos hipermídia (Scorm, H5P e HTML/CSS, que contém textos, vídeos, infográficos, links para páginas externas, elementos interativos, etc.); debates realizados de forma assíncrona a partir dos fóruns disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem; realização de exercícios de verificação de aprendizagem; discussão de textos dirigidos e apresentação de trabalhos. Para tal, serão analisados aspectos doutrinários, jurisprudenciais e legais, bem como casos concretos e debates acadêmicos sobre os diversos temas da unidade curricular.

É disponibilizado um vídeo de apresentação da disciplina com as orientações do uso da plataforma no início de cada semestre, destinado àquela turma/grupo específico. Também é disponibilizado, desde o 1º dia de aula, o calendário das atividades previstas (Cronograma da disciplina).

O curso está dividido em 4 módulos: 2 na 1ª unidade e 2 na 2ª unidade. Os módulos serão disponibilizados no início de cada unidade, juntamente com um questionário com questões de Exame de Ordem e de concursos públicos, no formato de avaliação formativa.

Também é disponibilizado o recurso de **marcação de atendimento individual por videoconferência**, no qual o estudante pode requerer diretamente ao docente um momento para interação síncrona, de forma remota, para tirar qualquer dúvida ou aprofundar qualquer tema da disciplina, individual ou coletivamente. Para tanto, a/o estudante acessa a área **Marque um horário de atendimento individual ou em grupo** e solicita o encontro no momento que lhe for mais oportuno.

## **AValiação**

- Desenvolvimento de soluções jurídicas para casos reais e simulados, nos moldes da metodologia PBL (*Problem-Based Learning*);
- Provas objetivas com questões retiradas dos últimos exames do ENADE, OAB, concursos públicos e outras questões elaboradas pelo professor;
- Pesquisa de jurisprudência e sua interpretação, face a realidade social, política e jurídica do Brasil;
- Questionários de fixação, valendo pontuação complementar para cada unidade.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Básica**

- PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito digital** – 7. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Saraiva, 2016. Disponível na biblioteca digital *Minha Biblioteca* em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502635647>
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **O Marco Civil da Internet e o meio ambiente digital na sociedade da informação: comentários à Lei n. 12.965/2014.** – São Paulo : Saraiva, 2015. Disponível na biblioteca digital *Minha Biblioteca* em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502627741>
- BIOLCATI, Fernando Henrique de O. **Internet, Fake News e Responsabilidade Civil das Redes Sociais.** (Coleção Direito Civil Avançado). Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. ISBN 9786556276410. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556276410/>

## Complementar

- WOLFGANG, Hoffmann-Riem. **Teoria Geral do Direito Digital**. Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559642267. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642267/>
- RODRIGO MAICHAKI, M. **Herança digital: o precedente alemão e os direitos fundamentais à intimidade e privacidade**. Revista Brasileira de Direito Civil em Perspectiva, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 136–155, 2018. Disponível na biblioteca digital EBSCO Host em:  
<https://www.indexlaw.org/index.php/direitocivil/article/view/5038>
- KLANG, H. **Cultura digital e direitos autorais: o estado como mediador do conflito**. Políticas Culturais em Revista, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 21–37, 2012. Disponível na biblioteca digital EBSCO Host em:  
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=90515826&lang=pt-br&site=ehost-live>
- SILVA, Lucas Gonçalves da; CARVALHO, Mariana Amaral. **Direito ao esquecimento na sociedade da informação: análise dos direitos fundamentais no meio ambiente digital**. Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 66–86, 2017. Disponível na biblioteca digital EBSCO Host em:  
<https://www.indexlaw.org/index.php/garantiasfundamentais/article/view/2603>
- SANTOS, Keila dos ... [et al.]; coordenadores TEIXEIRA, Tarcisio, LOPES, Alan Moreira. **Startups e inovação: direito no empreendedorismo (entrepreneurship law)**. 2. Ed. Barueri, SP: Manole, 2020. Disponível na biblioteca digital Minha Biblioteca em  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520461976/>
- FIORILLO, C.A. P. **Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação : a tutela jurídica do meio ambiente digital..** Editora Saraiva, 2014. 9788502230644. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502230644/>